

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, INTERSECCIONALIZADA E ANTIDISCRIMINATÓRIA: UMA ANÁLISE ETNOGRÁFICA DO FAZER PEDAGÓGICO

Jonathans Paiva Sichineli¹

Tacyla Jesus da Silva²

Terezinha Medeiros Gonçalves de Loureiro³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa surgiu a partir de uma reflexão inquieta sobre os processos educacionais aplicados a indivíduos que se encontram em marcadores sociais que os colocam obrigatoriamente e automaticamente na periferia educativa no contexto de sala de aula.

Para iniciarmos, é importante destacar que a desigualdade educacional se inicia antes mesmo dos alunos adentrarem nas dependências escolares. Isso ocorre porque, “de um lado, tem-se escolas privadas de altíssima qualidade acessíveis apenas para a elite e de outro, escolas públicas com nível muito inferior, precarizadas e com professores mal remunerados” (Silva, Pedro, Jesus, 2019, p. 03). Ou seja, a roda da educação brasileira é complementarmente alimentada pelo regime capitalista na qual estamos submetidos, isso porque sempre teremos uma minoria (elite) dominando sob uma maioria (proletariado) sendo caracterizado o início desse ciclo pelo ensino no qual os indivíduos estão sendo submetidos.

Vejamos que, quando um indivíduo estuda em uma escola de alto padrão, terá uma sala menos lotada, conforto ambiental (salas climatizadas), professores com baixa sobrecarga de trabalho e todas as outras tantas características que permitem a formação técnica e instrumentalizada. Isso possibilita, de certa forma sua ingressão em universidades públicas e faculdades privadas, que os preparam por meio de uma perspectiva crítica para posteriormente ingressarem no mercado de trabalho formal e confortável na medida econômica (Silva, Pedro, Jesus, 2019).

Ao considerar o outro lado da moeda, temos indivíduos que são submetidos a

¹ Licenciatura em Ciências Biológicas, UEPA, jsichineli@gmail.com

² Licenciatura em Ciências Biológicas, UEPA, tacylasilva4@gmail.com

³ Doutora em Neurociência, UEPA, terezinha.medeiros@uepa.br

características educacionais inteiramente contrária com a descrita no parágrafo anterior, em uma situação de desproporcionalidade e com pouco ou sem nenhuma formação crítica/reflexiva sobre seu papel na sociedade. Em sua maioria, essas instituições formam cidadãos somente para venderem sua mão-de-obra para o mercado de trabalho rápido (Silva, Pedro, Jesus, 2019).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa busca evidenciar como uma educação inclusiva, antidiscriminatória e o conceito de interseccionalidade (Bilge, 2009) podem auxiliar no processo transformador do atual modelo educacional, que vem perpetuando de forma velada e inconsciente as desigualdades sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste sentido, faz-se necessário a compreensão de que o conceito teórico da inclusão educacional não se refere somente na inserção e permanência de pessoas com deficiência aos espaços escolares. Este conceito refere-se antes de tudo, a trazer e proporcionar espaços a pessoas com diferentes características e pertencentes a diferentes marcadores sociais, sejam eles de raça, gênero, classe social, religião, região e outros tantos.

Entretanto, incluir não é homogeneizar a escola. Significa proporcionar espaços e condições de igualdade para as diferentes formas de ser aluno. Significa possibilitar um espaço equânime e afirmar contundentemente o “princípio de que todos são iguais no universo dos direitos humanos, da liberdade de expressão, da sobrevivência com dignidade e das oportunidades” (Silva, Pedro, Jesus, 2019, p. 02).

Em 1994, o Brasil firmou através da Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais a ideia de que a escola deveria;

(...) acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.6).

Nessa perspectiva, é importante complementar que a educação inclusiva não se restringe somente ao contexto infantil, mas sim em todos os modelos de se fazer

educação, uma vez que a inclusão também se refere às diferentes formas dos indivíduos que compõem uma sala de aula.

Porém, para entendermos como as desigualdades afetam de forma contundente uma parcela da sociedade, é imperioso que façamos uma reflexão acerca dos indivíduos que estão sujeitos a discriminação baseada em mais de um marcador social. Paralelamente a isso, o conceito de Interseccionalidade “remete a uma teoria transdisciplinar que visa aprender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado” (Bilge, 2009, p. 70).

Em outras palavras, um aluno de escola pública, negro e morador de uma região periférica é impactado pela discriminação de forma distinta daquele que reside na mesma área e frequenta a mesma escola, mas é uma pessoa branca. Essa disparidade é exclusivamente atribuída ao processo colonial que o país vivenciou, sendo o último país do globo a abolir a escravidão.

Para isso, é de suma importância realizarmos uma análise crítica acerca do modelo educacional que está em vigor, mesmo diante de grandes debates e da implementação de políticas públicas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e Bolsas de Assistência Socioeconômica, ainda sim presenciamos um grande desafio a ser superado sendo travado contra o sistema colonial que estrutura o atual modelo socioeducativo.

METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter etnográfico e foi elaborada a partir de leituras de artigos científicos publicados em anais de eventos, periódicos, sites jornalísticos e revistas científicas consultadas através da plataforma Google e Google Acadêmico. A análise dos dados foi realizada a partir de interpretações dos autores e discussões entre os agentes como forma de possibilitar a construção de conhecimento e transcrição das teorias educacionais, sociais, políticas e filosóficas. Portanto, os resultados obtidos são considerados qualitativos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De fato, entender as camadas das discriminações que recheiam o ambiente escolar tem se tornado cada dia mais desafiador, principalmente quando se é educador. Nesse sentido, é relevante ressaltar os avanços que tivemos rumo ao processo de inclusão educacional.

É notório que houve avanços na universalização da educação no país, a exemplo, um ponto a ser destacado na LDBEN 9394/96 (Brasil, 1996) é presença do direito à educação infantil e o direito à diferença como os relativos às fases da vida, às pessoas com deficiência, às populações indígenas e negras, entre outros (Peixoto et. al., 2024, p. 06).

É importante destacar que, quando comparado com os anos anteriores, a educação brasileira apresenta-se de uma forma mais plural, democrática e diversificada. No nosso país, como parte dos esforços para possibilitar uma educação antidiscriminatória e antirracista, foi promulgada em 2003 a Lei nº 10.639, que dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas públicas e particulares da educação básica em ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileira.

Porém, não podemos esconder a realidade brutal que cerca os estudantes negros nas escolas de educação básica brasileira. No ano de 2019, a maioria das pessoas que abandonaram a escola foram pessoas negras e pardas (55,4%). No mesmo ano, o Brasil apresentou uma taxa de 8,9% de pessoas negras analfabetas, enquanto pessoas brancas correspondem a 3,6% (IBGE, 2019 apud G1, 2020).

Em entrevista ao portal G1 de notícias, o professor Higor Ferreira (G1, 2019) afirmou que a exclusão educacional não se limita apenas à ausência na escola. "A gente acha que exclusão é só falta de acesso à escola. Mas ela também é operada dentro da escola. Não é porque tem garantia de ingresso que todos vão se sentir incluídos no processo. Presença física não é sinônimo de inclusão."

Na mesma entrevista, a professora Lidiane Lima relatou o caso de uma aluna negra, pequena, que é chamada de "urubu" pelos colegas, e outro aluno de "macaco", e um terceiro tem o apelido de "negresco". Essa é a realidade de algumas escolas e fatos como esses contribuem significativamente para os números explicitados aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, mesmo com grandes avanços, cabe aos fazedores de educação pensarem e refletirem em maneiras transversais e interdisciplinares que corroborem com a efetivação de uma educação inclusiva e antidiscriminatória como forma de possibilitar um futuro justo e igualitário para essas pessoas, que cotidianamente são vítimas de preconceitos em espaços no qual deveriam servir como proteção. Uma importante ferramenta que pode auxiliar neste processo é o conceito de Interseccionalidade, pois colocar os marcadores sociais individuais em uma ótica cruzada, sem dúvidas esclarecerá o cerne da questão, que de forma resumida trata-se de singularidade, atenção e compreensão.

REFERENCIAS

BILGE, Sirma. (2009), Teorizações feministas da interseccionalidade. *Diogene*, 1 (225): 70-88.

BRASIL. Constituição (2003). Lei nº 10.639, de 20 de dezembro de 1996. **Inclusão no Currículo Oficial da Rede de Ensino A Obrigatoriedade da Temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Brasília, DF, 09 jan. 2003.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

OLIVEIRA, Elida. **Acesso de negros a escolas cresceu na última década, mas ensino da cultura e história afro-brasileira ainda é desafio**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/20/acesso-de-negros-a-escolas-cresceu-na-ultima-decada-mas-ensino-da-cultura-e-historia-afro-brasileira-ainda-e-desafio.ghtml>. Acesso em: 16 mar. 2024.

PEIXOTO, Reginaldo; SILVA, Eriuelto Carlos Freitas; HONORATO, Aderineide Ferreira; MAIA, Carolina Batista; PIZALOTO, Willians. Educação para todos na perspectiva da inclusão multicultural: políticas, limites e desafios. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, v. 17, n. 3, p. e5126-e5126, 2024.

SILVA, Berenice Maria Dalla Costa da; PEDRO, Vanize Dalla Costa; JESUS, Eliane Maria de. Educação inclusiva. *A escola*, v. 3, 2019.